

N.F. Nº - 926914.1014/16-3
NOTIFICADO - PEFISA ALIMENTOS LTDA
NOTIFICANTE - MARCO ANTÔNIO MACHADO DE ABREU
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 09.11.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0400-06/21-VD

EMENTA: ICMS. RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO DEVIDO À APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA DA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO NAS SAÍDAS DE MERCADORIAS. Tratam-se de saídas internas da mercadoria “Mortadela Confiança Frango”, amparadas pela dispensa do lançamento e pagamento do imposto, conforme previsto no art. 271 do RICMS/12 e das vendas do produto “Milho Verde” em conserva, acondicionado em latas e vidros, não enquadrado como item da cesta básica. Notificado logra êxito ao elidir parcialmente a acusação fiscal. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 29/03/2016, exige do Notificado ICMS no valor de R\$2.590,24, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 03.02.02: recolheu a menor o ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas.

Enquadramento Legal: artigos 15, 16 e 16-A da Lei 7.014/96.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 13 a 26), inicialmente alegando a tempestividade da Impugnação e reproduzindo o conteúdo do lançamento. Para, em seguida, afirmar que o Estado publicou alteração de tratamento tributário, que foi seguido pela empresa e desconsiderado pelo Notificante, o que redundou no equívoco da acusação fiscal.

Assevera que a mercadoria denominada “Mortadela Confiança Frango”, classificada com NCM 1601.00.00, trata-se de um enchido ou embutido industrializado, derivado de carne, peles e miúdos de frango, ou seja, resultante do abate de aves e que em 09/08/2013, por meio do Decreto 14.707, o Estado promoveu a Alteração nº 16, corrompendo a redação dada ao caput do art. 271, que passou a vigorar com a dispensa do lançamento e pagamento do imposto, referente às operações internas com os produtos comestíveis, resultantes do abate de aves.

Aduz que a mercadoria é industrializada junto ao fornecedor Seara Alimentos Ltda, no município de São Gonçalo dos Campos, e as respectivas saídas subsequente são destinadas a estabelecimentos localizados neste estado, condizente com as Notas Fiscais de saída relatadas no próprio anexo do Notificante.

Em relação à mercadoria “Milho Verde”, classificada com NCM 2005.80.00, afirma que foi debitado e recolhido o imposto aplicando-se a alíquota de 7%, com base na alínea “a” do inciso I do art. 16, prevista na subseção I da Lei 7.014/96.

Reafirma que não existe imposto a recolher e que não reconhece a suposta infração imputada contra a empresa, anexando DANFES de aquisição e respectivas saídas, além de cópia da embalagem da mercadoria, a qual relata a composição e dados do fabricante.

Finaliza a peça defensiva requerendo a total improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal (fls. 29 e 30), o Notificante reproduz o conteúdo do lançamento e da defesa, para em seguida afirmar que, em relação à mercadoria “Mortadela Confiança Frango”, procede a argumentação realizada pelo Notificado. Quanto à mercadoria “Milho Verde”, discorda do Contribuinte, expressando o entendimento que se trata de milho em conservas, que não se enquadra como item da cesta básica, sendo equivocada a aplicação da alíquota de 7%. Mantendo, portanto, esta parte da exigência.

Considerando que o Notificante elaborou novo demonstrativo, expurgando a parcela da exigência referente à “Mortadela Confiança Frango”, foram concedidas vistas para o Notificado (fls. 31 a 32 verso). A manifestação do Contribuinte ocorreu através do pagamento da parte discordante, que tratava das operações com “Milho Verde” efetivadas com alíquota diversa da prevista na legislação (fls. 33 e 34).

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$2.590,24 e é composta de (01) uma infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da exigência de imposto devido ao recolhimento a menor do ICMS, em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias. Tratam-se de vendas de “Mortadela Confiança Frango” e “Milho Verde” concernentes ao período de dezembro/2013 a dezembro/2014.

Cumpram-se destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado alega que a mercadoria denominada “Mortadela Confiança Frango”, classificada com NCM 1601.00.00, trata-se de um enchido ou embutido industrializado, derivado de carne, peles e miúdos de frango, ou seja, resultante do abate de aves e que em 09/08/2013, por meio do Decreto nº 14.707, o Estado promoveu a alteração nº 16, corrompendo a redação dada ao caput do art. 271, que passou a vigorar com a dispensa do lançamento e pagamento do imposto, referente às operações internas com os produtos comestíveis, resultantes do abate de aves.

Aduz que a mercadoria é industrializada junto ao fornecedor Seara Alimentos Ltda, no município de São Gonçalo dos Campos, e as respectivas saídas subsequente são destinadas a estabelecimentos localizados neste estado, condizente com as Notas Fiscais de saída relatadas no próprio anexo do Notificante.

Em relação à mercadoria “Milho Verde”, classificada com NCM 2005.80.00, afirma que foi debitado e recolhido o imposto aplicando-se a alíquota de 7%, com base na alínea “a” do inciso I do art. 16, prevista na subseção I, da Lei 7.014/96.

Finaliza a peça defensiva requerendo a total improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal, o Notificante afirma que, em relação à mercadoria “Mortadela Confiança Frango”, procede a argumentação realizada pelo Notificado. Quanto à mercadoria “Milho Verde”, discorda do Contribuinte, expressando o entendimento que se trata de milho em conservas, que não se enquadra como item da cesta básica, sendo equivocada a aplicação da alíquota de 7%. Mantendo, portanto, esta parte da exigência.

Compulsando os documentos constantes nos autos, particularmente os demonstrativos elaborados pelo Notificante (fls. 05 a 07), bem como cópias de documentos fiscais correlatos (fls. 20, 23 e 24), verifico, que o Notificado, de fato, ao efetivar vendas internas da mercadoria “Mortadela Confiança Frango”, no período de Dezembro/2013 a Dezembro/2014, cumpriu o estabelecido no art. 271 do RICMS-BA/12 a seguir transcrito. Pelo que entendo improceder esta parte da cobrança, que exigia ICMS no montante de R\$2.320,47:

(...)

“Art. 271. Fica dispensado o lançamento e o pagamento do imposto referente às saídas efetuadas de estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal e as operações internas subsequentes com os produtos comestíveis, inclusive embutidos, resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino e muar, bem como o diferido relativo às aquisições dos animais vivos. ”

Registre-se que esta redação dada ao caput do art. 271 foi devido à Alteração nº 16, contida no Decreto nº 14.707, de 09/08/13, DOE de 10 e 11/08/13, com efeitos de 01/08/13 a 30/11/14:

Considerando que a exigência fiscal, referente a este tipo de mercadoria, também abrangeu o mês de Dezembro/2014, fez-se a transcrição da redação atualmente vigente.

(...)

Art. 271. Ficam dispensados o lançamento e o pagamento dos impostos referentes às saídas internas de:

(...)

§ 1º A dispensa prevista no caput também se aplica nas saídas internas de aves vivas destinadas a abate em qualquer estabelecimento abatedor, bem como nas operações internas subsequentes com os produtos comestíveis resultantes do abate.

Esta redação foi dada pela Alteração nº 26, Decreto nº 15.661, de 17/11/14, DOE de 18/11/14, com efeitos a partir de 01/12/14.

Em relação à parte da acusação fiscal que trata das vendas da mercadoria “Milho Verde”, observo tratar-se de milho em conserva, acondicionado em latas ou vidros, não podendo ser considerado como item componente da cesta básica, cuja alíquota é de 7%, nos termos da alínea “a”, inciso I do art. 16 da Lei nº 7.014/96. Pelo que, entendo proceder esta parte da exigência no montante de R\$269,77.

Note-se que o próprio contribuinte reconheceu a incorreção da alíquota aplicada, recolhendo o imposto concernente a estas operações (fls. 33 e 34)

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual em instância única julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **926914.1014/16-3**, lavrado contra **PEFISA ALIMENTOS LTDA**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento de ICMS no valor de **R\$269,77**, com multa prevista no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 e acréscimos legais, bem como que sejam homologados os valores já recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 04 de novembro de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR